

SUJEITOS E PRÁTICAS SOCIAIS: UMA ABORDAGEM SOBRE A ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS EXPROPRIADOS DA ITAIPU

PAULO JOSÉ KOLING¹

RESUMO: No ano de 2012 serão completados os 30 anos de formação do lago da usina Itaipu Binacional, considerada a maior hidrelétrica do mundo e um dos principais “monumentos” do desenvolvimentismo da ditadura. A princípio, o enchimento do reservatório da Itaipu não foi um fato/ato central do ponto de vista do projeto energético e dos impactos socioambientais que produziu, mas não deixou de representar as forças das águas que inundaram tudo o que estava a montante da taipa até o nível do vertedouro. O leito do lago tem 1.350 km² e vai de Foz do Iguaçu até Guaira no lado brasileiro. Essas magnitudes são apenas a ponta do iceberg, pois desde a assinatura do Tratado de Itaipu, em 26/4/1973, pelos governos do Brasil, Gen. Emílio G. Médici, e do Paraguai, Gen. Alfredo Stroessner, até o fechamento das comportas no desvio do Rio Paraná (12/10/1982) e o enchimento do lago (27/10/1982), os conflitos sociais envolveram, de um lado, a Itaipu e o governo e, de outro, o conjunto dos expropriados e suas organizações de resistências. Progresso e injustiça foram as palavras de ordem, enquanto poder simbólico, desses confrontos e contrapostos. Após a quietude das águas e as novas formas de seus movimentos na superfície do lago (ondas e praias artificiais) e nas turbinas, com seus 14 mil megawatts de energia elétrica, os impactos socioambientais permaneceram latentes, seja pelas injustiças das indenizações, as perdas de terra (colonos, posseiros, comerciantes, pescadores, ilhéus e indígenas), as práticas de especulação no mercado de terra e no uso e abuso dos royalties, as experiências de luta pela terra também foi redimensionada. A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT/PR) foi significativa tanto na resistência social contra as injustiças da Itaipu/Governo quanto nas lutas pela terra na região Oeste paranaense, inclusive na formação do Movimento Sem Terra. Passados quase 30 anos, é preciso evitar novas inundações, principalmente àquelas relacionadas ao silenciamento e esquecimento das lutas sociais. Junto a isso é preciso refletir sobre a historiografia produzida que trata da condição e posição dos sujeitos que estiveram envolvidos com a luta dos expropriados e recuperar as fontes que registraram suas práticas. A partir do informativo “Poeira”, publicado pela CPT/PR entre 1978 a 1985, iniciamos um estudo sobre a inserção da Comissão na organização e direção das resistências dos expropriados para problematizar as interpretações que atribuem a CPT um papel de controle do horizonte da pauta de reivindicação e resistência dos atingidos. Todavia, antes de analisar a historiografia é importante refletir sobre a condição da multiplicidade dos sujeitos e a construção de suas práticas sociais, bem como sobre as implicações que estas questões colocam à pesquisa histórica para um estudo de caso.

PALAVRAS-CHAVE: História. Teoria e Metodologia. Lutas sociais. Sujeitos.

¹ Professor Adjunto na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon, no Curso de História e no PPGH. Doutor em História pela PUCRS. E-mail: pkoling@gmail.com; paulo.koling@unioeste.br.

A experiência das lutas sociais construídas pelos expropriados pela Itaipu Binacional fez parte e fortaleceu a origem do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), surgido em várias regiões do país na década de 1970, cuja participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade de pastoral ecumênica da Igreja Católica, foi fundamental, haja vista o próprio contexto da ditadura e a elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) pelo governo federal em resposta interna à crise internacional do petróleo e da recuperação da acumulação de capital na economia nacional. Tânia Bacelar de Araújo (1996) citou os pontos centrais do II PND e seu perfil classista. O setor urbano-industrial, o comercial e o primário (agricultura e mineração) e de serviços urbanos (estatal e privado) foram atingidos pela crise da principal fonte de energia (internacional e nacional), o petróleo. Para Bacelar, a burguesia brasileira teve capacidade de utilizar o estado nacional para gerir um novo projeto estratégico de recuperação que incluía investimentos em outras fontes ou formas de exploração de energia (pró-álcool, plataformas marítimas e usinas hidrelétricas). A Eletrobrás e a Petrobrás foram essências para esses investimentos em ciência & tecnologia e a produção de energia. Na região Sul, os rios Uruguai (cf. BRISTOTI, 1990) e Paraná eram estratégicos para a construção de hidrelétricas, e dentre elas estava a Itaipu Binacional. Sabe-se que a fronteira Brasil-Paraguai já era foco de interesse energético no Plano de Metas e uma das polêmicas internacionais no Prata, principalmente com a Argentina, antes e depois da assinatura do Tratado de Itaipu, ocorrido em 1973, todavia, como expôs Ivone Lima (2006), as obras do mega projeto foram iniciadas em 1975, após solução parcial dos impasses relacionados aos direitos internacionais sobre o uso das águas do/no Rio Paraná.

A multiplicidade dos sujeitos e interesses envolvidos dimensiona a complexidade à pesquisa histórica que tem por objeto o processo de construção da Itaipu. Tratando-se da década de 1970, neste ambiente urbano-rural, conforme abordou Eder Sader (1995), podemos incluir caso dos expropriados da Itaipu e, posteriormente, o MAB, como um dos novos personagens que entraram em cena no Brasil e tiveram força para interferirem na história.

Do ponto de vista histórico-social, as práticas políticas e a capacidade de organização e mobilização social contra a truculência do governo (aliança civil-empresarial e militar) e a função estratégica do projeto Itaipu para a solução a médio e

longo prazo do problema energético, não podemos simplificar os conflitos e/ou relativizar a condição dos pequenos, nem a importância da religiosidade, enquanto poder simbólico, para as lutas populares. Bem mais do que um caso de expressão da força institucional das Igrejas – principalmente a Católica e a de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) – e suas pastorais sociais, entendemos que as resistências fizeram parte de uma prática de educação popular onde os sujeitos se construíam e eram construídos nas e durante as próprias lutas sociais, e no interior de seus anseios, valores e perspectivas de futuro. Como diz o ditado popular “não dá para procurar chifres em cabeça de burro”! Isso também tem sentido para o ofício do historiador.

Um caminho à pesquisa: a aproximação com os sujeitos e das práticas sociais

Considerando que a reflexão proposta neste artigo tem por base a historiografia já produzida sobre o objeto e é possível desenhar os caminhos e contingências dos principais sujeitos envolvidos, que o debate historiográfico não apresenta consenso (também não há motivo para pensar que deveria ter) em torno da atuação da Comissão Pastoral da Terra, particularmente no aspecto da sua posição e ação enquanto representação (e direção) dos expropriados, na indicação da pauta de negociação e nas formas de ação do movimento, é preciso, minimamente, localizar-se no chão daquela história, cientes de que isso também é uma posição, ou seja, uma escolha orientada por uma visão de mundo, de juízo de valor, acerca da ontologia da história e do ser social dos sujeitos (SCHAFF, 1967). No sentido da análise que Karel Kosik (1969 e 1985) propôs, com base na abordagem teórico-metodológica apresentada por Marx (1984:409-410), a aproximação com o concreto e/ou com a concreticidade dos sujeitos (em suas dimensões e condições mais simples e reais), deve ser realizada nos passos e momentos de construção da pesquisa, da investigação, na perspectiva da análise dialética. Nesse sentido, a reflexão teórica não deve voltar-se a/ou em si mesma (abstrata e intuitivamente), mas, sim, ser criativa para aprofundar a multiplicidade e compreender as singularidades dos diversos sujeitos em sua historicidade, enquanto ser social. Para Marx, na introdução ao método, é no retorno ao ponto de partida real e concreto que a representação sobre o concreto é elaborada pelo pesquisador/historiador, preservando a multiplicidade dos sujeitos e suas práxis.

Além de iniciar uma análise histórica com a indicação de que os homens são os sujeitos da história e de suas histórias, porém não a fazem exclusivamente a partir de suas vontades individuais e/ou isoladas, haja vista os condicionantes do passado no presente e a condição individual-coletiva e de classe da sociedade, mas também não são escravos disso, pois têm capacidade de produzirem-se a si mesmos, enquanto ser social, e transformarem a sociedade e a história. Nos artigos que formam o *Dezoito Brumário* é possível perceber que Marx (1987), ao analisar os rumos da revolução francesa, situa as diversas práticas dos sujeitos sociais (no estado, na sociedade civil e nas lutas de classes), articulando a condição e a posição de classe, afinal, ambas implicam em modos de viver, de pensar e de fazer uso da propriedade (riquezas e rendas) na relação capital-trabalho, bem como no estabelecimento da forma do estado nacional e na institucionalização jurídica no corpo da regulação².

Esses apontamentos teórico-metodológicos servem de base para situar os sujeitos sociais envolvidos na organização e resistência dos expropriados diante do bloco Itaipu. Em sua historicidade, os atingidos não tiveram força social para derrotarem o projeto Itaipu. Tanto na cartilha *O Mausoléu do Faraó*, de 1978, quanto nas edições do Boletim Informativo do *Poeira* (Ano I, n. 1, março de 1978), ambos publicados pela Comissão Pastoral da Terra do Paraná (CPT/PR), quanto no livreto *A Taipa da Injustiça*, de 1980, elaborado por Julvêncio Mazzarollo (1980), a pedido da CPT/PR, há uma crítica às práticas faraônicas do governo brasileiro e ao padrão da obra (uma hidrelétrica, uma taipa e um lago), porém os esforços da resistência estão dirigidos contra as injustiças que a Itaipu estava realizando.

A princípio, entendemos que desde a assinatura do Tratado de 1973, passando pelo início das obras no canteiro da usina, em Foz do Iguaçu, em 1975, e as medições das áreas que seriam inundadas pelo futuro lago, até 1978, quando houve o desvio do leito do Rio Paraná (14/10/1978), os atingidos e seus apoiadores não conseguiram

² No texto do *Dezoito Brumário*, ao analisar as disputas e aproximações que haviam no interior do Partido da Ordem, entre *orleanistas* e *legitimistas*, durante o governo de Louis Bonaparte, nos tempos da república liberal, Marx indicou que as diferenças intra-classe dominante não estavam restrita regime de governo e ao direito dinástico, mas, fundamentalmente, à condição, posição e direção de classe para o conjunto do país e os rumos do capitalismo na França. Sobre a questão do direito, enquanto regulação das relações de classes, no âmbito do estado nacional, e às condições e posições de classes, não deixa de ser sugestivo a leitura dos artigos que Marx (2007) escreveu sobre *Los Debates de La Dieta Renana* que apontam para a crítica que ele fará, mais adiante, na *crítica à filosofia do direito, de Hegel* (1843). Na própria introdução ao método, Marx refere-se ao direito e às relações jurídicas simples de propriedade, tendo por base o ponto de partida que Hegel utilizou na relação jurídica da propriedade enquanto posse de um grupo social em relação a outro.

reverter o processo nem alterar o projeto. Pela força, mas também com várias formas de convencimento (gigantismo, progresso e sacrifícios em nome da nação), o governo federal, em tempos de ditadura, impôs à sociedade local e nacional os custos da obra. Essa hegemonia da Itaipu era sustentada por um bloco de poder (defensores do progresso a qualquer custo para os outros, é claro), que incluía principalmente o governo ditatorial (federal e estadual/PR e a burocracia do setor energético), as autarquias do setor energético (Eletrobrás e Eletrosul), as empreiteiras do ramo energético que formaram o consórcio União de Construtoras Ltda. (Unicon) da Itaipu³, o complexo industrial fornecedor dos produtos e equipamentos necessários para a obra, os grupos financeiros (nacionais e internacionais) que concederam empréstimos ao governo brasileiro, os setores empresariais (industriais e de serviços) interessados na matriz energética, governantes e empresas públicas e privadas fornecedores de energia elétrica (no setor de transmissão e no de distribuição ao consumidor) e, certamente, inúmeros brasileiros anônimos que queriam ter energia elétrica em suas residências e estabelecimentos. Afinal luz artificial é civilização e lâmpada elétrica e tomada de energia é progresso em minha casa!

Se o bloco dos atingidos e seus apoiadores não tiveram força suficiente para reverter o projeto, por outro lado, não deixaram de interferir no processo e ameaçar o “faraó”. O enfoque às *injustiças* (sacrifício à nação, promessas da Itaipu, formas e valores irrisórios das indenizações das propriedades e benfeitorias, não indenização das áreas comunitárias e estradas, perda dos lugares e trajetórias de vida) não representou uma *causa menor*, mas, ao contrário, foi a principal força para a organização e mobilização dos expropriados.

Para esse entendimento, é preciso se aproximar da realidade dos próprios atingidos. A maioria dos expropriados viviam no meio rural e eram famílias de colonos que haviam migrado para essa região durante as décadas de 1940 a 1960, vindos do RS e de SC. Suas origens socioculturais (étnica e religiosa) eram marcadas pela língua

³ Em estudo sobre o tema, Milena Costa Mascarenhas (2010) levantou os dados sobre a Unicon, do lado brasileiro: “O consórcio União de Construtoras Ltda foi criado, em 1975, para atuar em Itaipu. Era constituído das cinco maiores construtoras brasileiras da época: Cetenco Engenharia S.A., Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO), Camargo Correa S.A., Andrade Gutierrez S.A. e Mendes Júnior S.A.”. No lado paraguaio também foi criado um consórcio, formado, conforme levantamento apresentado pela mesma autora, pela “Conempa era formada pelas firmas paraguaias Barril Hermanos, Cia. General de Construcciones (Ecca S.A.), a Empresa Construtora Minera Paraguaya S.A. (Ecomipa), e a Civil Hermann Baumann e Jimenez Gaona & Lima” (MASCARENHAS, 2010).

materna (italiana, alemão, polonesa e ucraniana) e religião católica ou luterana, bem como pela predominância da agricultura familiar e uma visão valorativa do trabalho e da produção agrícola, com uma noção da propriedade da terra enquanto legado para os filhos. Praticamente, já havia passado o período de uma geração, 25 anos, quando as obras da Itaipu foram iniciadas em 1975.

Distintamente desse grupo social, os povos Ava-Guarani que viviam na reserva em São Miguel do Iguaçu, tinham perdido a grande maioria da terra do seu tekoá e foram “confinados” na pequena faixa (de 100 a 200 m de largura) da orla do lago nas imediações onde viviam às margens do Paranazão, chamada Reserva do Tekoá do Ocoí (cf. RIBEIRO, 2002).

Aquilo que convencionalmente consideramos como movimento dos expropriados pela Itaipu enfoca as práticas sociais dos atingidos de origem nacional, não-índios, e apesar das indicações de unidade das injustiças, que incluía colonos, índios e pescadores/ilhéus, o Movimento Justiça e Terra (MJT) e a ação da CPT voltava-se os colonos (proprietários e posseiros) e comerciantes. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) engajava-se na luta indígena, onde as injustiças eram mais gritantes, pois não foram indenizados, e a marginalização mais acentuada e prolongada. A área do Tekoá Añetete, com mais de 1.700 hectares, em Diamante do Oeste/São Miguel do Iguaçu, só foi conquistada em 1997 e o Tekoá Itamarã, outra pequena área, foi posterior e isso.

Para situar a dimensão dos atingidos e da ação centralizadora do bloco Itaipu, cabe indicar alguns dados referentes aos 1.350 km² que seriam inundados. Das 8.519 propriedades atingidas, 6.913 eram rurais e 1.606 urbanas. Estimava-se que 40 mil seriam atingidas e que foram preciso de 30 a 40 mil operários contratados pela Unicon na obra de engenharia civil da usina, em Foz do Iguaçu.

A origem sociocultural desses colonos e habitantes dos espaços urbanos e rurais não pode ser desconsiderada para uma abordagem da atuação da CPT e das igrejas envolvidas nessa pastoral. A denúncia das injustiças esteve embebida na tradição religiosa católica e luterana. O poder simbólico (BOURDIEU, 2009) da religiosidade cristã era a matriz da denúncia da tragédia e conteúdo das injustiças. Portanto, essa matriz cultural ligava o homem à terra e o “dilúvio” produzido pelos novos faraós e as novas pirâmides do progresso e da energia, representavam a destruição do “paraíso”

(FUCHS, In: CPT. *Poeira*, Ano V, n. 24, setembro-outubro de 1982, p. 5). Todavia, esse mesmo discurso trágico era produzido no interior da mesma visão mais ampla de progresso, como podemos perceber no texto do *O Mausoléu do Faraó*. Referindo-se a quem eram os que seriam atingidos e o que eles perderiam, a cartilha foi iniciada com o seguinte tema: *Expulsos da Terra Prometida*:

Há muitos anos eles vieram e desbravaram o Oeste do Paraná: derrubaram as matas e mecanizaram os campos para a produção de soja e trigo.

Depois veio o medo: Itaipu. O pesadelo de ter que deixar a terra e começar tudo de novo.

As águas só chegarão em 1983, mas já começaram os dias amargos (CPT, 1978: 4).

O texto citado foi redigido em parágrafos separados que servem de legenda para três imagens. No primeiro deles há uma fotografia que registra uma colheita de soja realizada no município de Santa Helena, que é oportuno reproduzir. **(Imagem 1:** CPT. *O Mausoléu do Faraó*. p. 4)



A cartilha do *Mausoléu* foi elaborada pela CPT para denunciar as injustiças, o discurso enganoso que os representantes da Itaipu faziam e a falta de clareza sobre as reais intenções que a binacional tinha com relação às indenizações. Obviamente que a CPT e os atingidos produziram, pedagogicamente, a contraposição e os confrontos, com atos de mobilização e pressão e de solidariedade à causa. Tratava-se de convencer e organizar a resistência diante de um “Golias”, mas também de desarmar suas armadilhas e o engodo que a Itaipu fazia na teórica e na prática. Por exemplo. Enquanto que os representantes da Itaipu chamavam os colonos para negociarem a propriedade privada e individual, de forma separada, utilizando a força do discurso do *direito privado individual* e da *liberdade de escolha e de mercado* (preço e contrato de compra e venda), pois tratavam das indenizações como um negócio; no texto do *Mausoléu*, a CPT afirmava a importância da união, na organização e na negociação: *unidos os pequenos são forte*. O *Mausoléu* foi elaborado numa linguagem simples, do cotidiano, característica dos movimentos populares onde o ato educativo era realizado para construir a igualdade de saber e onde todos educam todos e se educam juntos, como dizia Paulo Freire.

Concretamente, o sentido das injustiças tem relação com o juízo de valor que os atingidos tinham de, no mínimo, garantirem o *justo preço às terras, benfeitorias, vivências e pertencimentos* aos seus lugares que desapareceriam. Entretanto, a dimensão da justiça, ou seja, daquilo que deveria ser feito, com sacrifício, mas sem injustiça, não tinha como referência os valores de livre mercado nem o direito privado aos negócios. Bem mais do que isso, mesmo que produziam o “progresso”, nos padrões da agricultura moderna, a propriedade era o seu lugar no mundo e um anseio para seus filhos. Por isso, a Itaipu era a *Taipa da Injustiça*, como denominou Julvêncio Mazzarollo (1980). O projeto *Arca de Noé*, da CPT/PR, iniciado em 1978, como ação pastoral engajada, tinha força simbólica e sentido religioso-social pelo próprio nome utilizado nessa ação. A destruição estava anunciada e a forma de “salvação” tinha que ser construída antes que as águas chegassem!

Nesse caminho também é preciso ver e compreender a atuação da CPT, um espaço institucional das Igrejas nas pastorais, mas também enquanto religiosidade popular, daquele “povo”. Portanto, entendemos que as Igrejas e a CPT/PR não foram “guardiões”, “pais”, advogados ou dirigentes (vanguardistas e pacifistas) dos atingidos. A condição e o peso do campo institucional certamente pendiam na balança e eram simbólicos para os colonos. Pastores como Gernote Kirinus e Werner Fush, padres como Pe. Adriano van de Ven e bispos como Dom Olívio Fazza, da Diocese de Foz do Iguaçu, respondiam pela institucionalidade pastoral das igrejas, mas também podiam ter uma práxis teológica orientada pela *opção preferencial pelos pobres* e aprofundado o envolvimento com o MJT. O ser igreja-Igreja, como também o ser Sindicato dos Trabalhadores Rurais (de São Miguel do Iguaçu e Santa Helena) e o ser MJT ou da Comissão Justiça e Paz (CJP) não se fez pelo e a partir do alto, pelo monopólio do poder de quem estava no último degrau superior da hierarquia da instituição ou pela uniformidade e a obediência cega dos de baixo. As experiências concretas da *teologia da libertação* e do *sindicalismo combativo* evidenciaram que é possível romper a ordem, construir novos personagens e mudar a cena, como sugeriu Eder Sader (1995). O *Poeira* também era porta-voz e a própria voz dos pequenos, mesmo sendo um boletim produzido sob a responsabilidade de uma equipe da CPT, sua direção não monopolizava a habilitação (quem dirige, como dirige e para onde vai) nem detinha o direito de agir.

Ampliando a noção dos sujeitos e da política

A reflexão teórico-metodológica e a noção acerca da multiplicidade dos sujeitos e das determinações presentes no real instigam para uma ampliação dos sujeitos e do chão da história, da política enquanto práxis social. A provocação que Hannah Arendt fez a partir da pergunta – qual é o sentido da política? – e sua aproximação com a liberdade não representa um retorno idílico ao sentido antigo, mas, sim, uma desconstrução de que os juízos de valores existentes, que atribuem uma negatividade à política, não suportam uma crítica radical. Ao dimensionar que a política não faz parte do homem, enquanto imanência, seja no sentido aristotélico ou no criacionista, Arendt responde que a política diz respeito à diversidade e multiplicidade humana e às práticas que os homens estabelecem entre si na sociedade. Parece-nos que essa ontologia da política tem validade epistemológica e consistência histórica. Merece a atenção e tem relação com quem faz a história e suas práxis.

Outra interpretação sobre a política no sentido ampliado da leitura gramsciana, foi sintetizada por Sonia Regina Mendonça (1998) e apresentada no artigo-síntese *Estado e Sociedade*. Para Mendonça a noção ampliada do Estado que Gramsci esboçou ao analisar a sociedade Ocidental e a Oriental e a construção da hegemonia, articula as práticas (condição e posição) dos sujeitos no âmbito da produção e divisão do trabalho (base material das classes), suas várias formas de organização/ação no seio da sociedade civil (com seus aparelhos privados de hegemonia, seu projetos de classe e práticas de convencimento e de coerção) e no interior da sociedade política (estado restrito), enquanto espaço do exercício da hegemonia (consenso e coerção) e seu caráter universalizante (nova civilização).

Ao redimensionar a política para além do Estado e fazer a crítica à concepção contratualista, Mendonça nos orienta para fazermos uma análise ampliada das demais instituições e organizações sociais, ou seja, no âmbito dos próprios aparelhos privados de hegemonia, todavia, com o rigor teórico-metodológico para evitar reducionismo, tal como o de achar que bastaria separar ou definir o campo do instituído e suas relações internas para entender a diversidade e/ou a mudança em seu interior, sem consideram as práticas e possibilidades instituintes (BOURDIEU, 2009)

Por outro lado, uma análise ampliada de uma instituição/organização é fundamental para compreendermos sua capacidade da ação. Essa questão também tem proximidade com a noção gramsciana sobre quem é e o que significa ser intelectual orgânico (indivíduos e partido na sociedade).

Uma revisão da historiografia que trata da atuação da CPT na organização e resistências dos expropriados que tenha referência a seu caráter ampliado contribuirá para, primeiramente, conhecermos quem foram esses sujeitos, qual a riqueza da sua multiplicidade e diversidade e quais foram seus projetos em comum e/ou permanências de individualismos.

Caso entendermos que a CPT tenha rebaixado a capacidade de mobilização e resistência dos expropriados ou limitado sua pauta, disputando direção com os atingidos e estabelecendo uma ação paternalista (SCHIMITT, 2008), transformamos-a numa instituição fechada e de controle, de direção de cima para baixo, tal como o estado restrito é concebido pela visão contratualista. Sendo vista somente como poder da instituição, a religiosidade deixa de ser compreendida enquanto cultura. Negamos, por fim, a própria possibilidade de existirem sujeitos históricos (ser social individual e coletivo) fora da civilização da ordem da hierarquia das igrejas ou do Estado. Para além da contingência dos conflitos que ocorreram entre os expropriados e a Itaipu, as resistências foram práxis transformadoras onde os expropriados tiveram condições para se contraporem à poderosa Itaipu.

A potencialidade de suas ações, por outro lado, não dependia exclusivamente das suas vontades (de um atingido, do movimento coletivo e das entidades representativas, com as igrejas e sindicatos), mas da capacidade de intervenção e indicação de outros rumos.

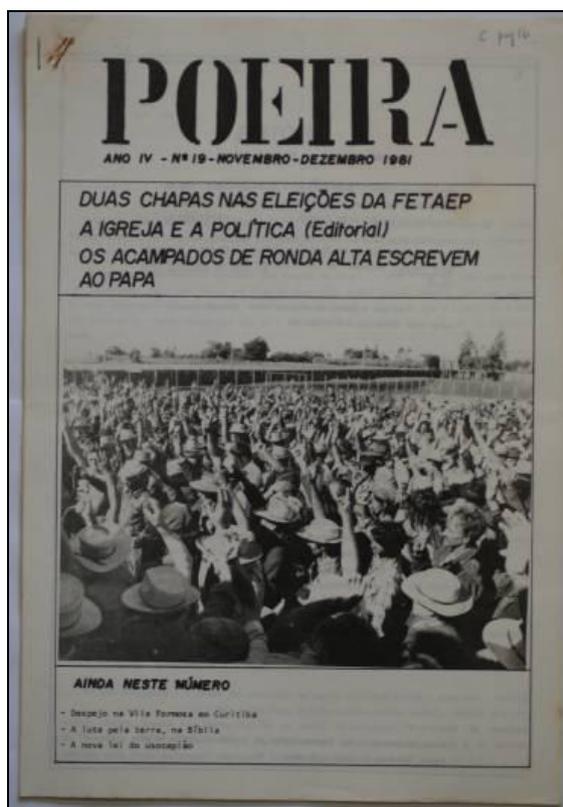


Imagem 2: Capa do Boletim *Poeira*. Ano IV, n. 19, novembro e dezembro de 1981.

As cenas dos expropriados podem dimensionar o tamanho da força social. O movimento dos expropriados foi construído com a participação da CPT e contou com a força das igrejas, ou melhor, com membros que ocupavam funções na instituição e que tinham posição política diante das injustiças. No registro da capa do *Poeira*, a cena de uma das assembléias coletivas dos atingidos, realizada em Santa Helena, em 1981, indica formas de construção da democracia interna e a manifestação de seus integrantes em momentos de tomada de decisão.

As contingências do movimento e as diferenças de e entre sujeitos, num universo de 40 mil indivíduos não podem ser desconsideradas, pois não havia uniformidade. Entretanto, não abordar esse movimento enquanto uma experiência de educação popular é negar a possibilidade de construção do próprio movimento e da reeducação de seus integrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. “Brasil: o modelo de desenvolvimento” In: BENJAMIN, Cesar e ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Brasil Reinventar o Futuro*. 2. ed., Rio de Janeiro: Sindicato dos Engenheiros no Rio de Janeiro, 1996. p. 7-34
- ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BRISTOTI, Arnildo. “Energia, economia e ecologia: influência da integração do Cone Sul” In: SEITENFUS, Vera Maria e DE BONI, Luís A. (coords.). *Temas de Integração Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 218-247.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado?* Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995,
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *O Mausoléu do Faraó*. Marechal Cândido Rondon, 1978. _____; *Poeira*. Ano I a VII, n. 1 a 41. (Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra do Paraná). Novembro de 1978 a 1985 (nº. 1 – 41).
- KOSIK, Karel. “A Dialética da moral e a moral da dialética” IN: DELLA VOLPE, Galvano e outros. *Moral e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p. 97-117
- LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento*. Marechal Cândido Rondon/PR: Editora Germânica, 2006.
- MARX, Karl. *Los Debates de La Dieta Renana*. Barcelona: Editorial Gedisa S. A., 2007.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Editora Moraes, 1987.
- MARX/ENGELS: *História*. São Paulo: Ática, 1984.

- MAZZAROLLO, Juvêncio. *A Taipa da injustiça: Itaipu X Agricultores Expropriados*. Curitiba: Comissão Pastoral da Terra, novembro de 1980.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____; “Estado e Sociedade” In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998. p. 13-32.
- PELOSO, Ranulfo e outros. *Saberes e Olhares: a formação e educação popular na Comissão Pastoral da Terra*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 4. ed, São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- RIBEIRO, Sarah Gomes Tibes. *O Horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná (1977-1997)*. Porto Alegre: PUCRS, 2002. (Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História).
- SADER, Emir. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SCHAFF, Adam. *O Marxismo e o indivíduo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.
- SCHMITT, Judite Veranisa. *Os Atingidos por Itaipu: história e memória – oeste do Paraná – de 1970 a 1980*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE/PPG em História, 3008.